

37º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS DÍVIDAS OCULTAS

## Victor Bernardo diz que manifestou reservas em relação aos termos do acordo de financiamento da ProIndicus



Victor Bernardo | Créditos O País

**V**ictor Bernardo, à data dos factos PCA da Monte Binga (empresa tutelada pelo Ministério da Defesa Nacional), foi o primeiro declarante a ser ouvido pelo tribunal no 37º dia do julgamento do escândalo das “dívidas ocultas”. Contou que em Dezembro de 2012, e a convite do então Ministro da Defesa Nacional (Filipe Nyusi), participou de

uma reunião na qualidade de PCA da Monte Binga. Além de Filipe Nyusi, participaram da reunião o então Ministro do Interior (Alberto Mondlane) e o então Director-geral do SISE (Gregório Leão), todos acompanhados pelas respectivas equipas técnicas. O objectivo da reunião era discutir a criação de uma empresa vocacionada na protecção e monitoria da

Zona Económica Exclusiva de Moçambique. E a Monte Binga devia emprestar a sua experiência para a constituição e implantação da empresa, que mais tarde viria a chamar-se ProIndicus.

Na reunião, Victor Bernardo disse que ficou a saber que os proponentes do projecto eram os serviços secretos e que empresa se-

ria constituída por representantes do Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior e do SISE, devido à natureza transversal das operações de protecção e monitoria da Zona Económica Exclusiva. A Monte Binga é a empresa que representaria o Ministério da Defesa Nacional na equipa criada para trabalhar na implantação da ProIndicus.

“Depois da retirada dos Ministros e do Director-geral do SISE perguntei aos proponentes (serviços secretos) se já tinha sido organizado o processo de reserva de nome e a elaboração dos estatutos da empresa. A resposta foi que sim, já estava tudo feito. O passo a seguir era ir ao notário para formalizar a criação da empresa. Sai do Ministério da Defesa Nacional e fui à Monte Binga reunir o conselho de administração para deliberar sobre a subscrição da escritura pública da ProIndicus. Ficou decidido que, nesse acto, a Monte Binga seria representada pelo PCA, eu próprio, e um administrador, Guido M’Ponha Machipissa. A assinatura da escritura pública foi a 21 de Dezembro de 2012, no Cartório Privativo do Ministério das Finanças. Ficou acordado que a subscrição do capital da Monte Binga na ProIndicus seria tratado pelo proponente do projecto (SISE) na fase de implantação da empresa”.

Das três entidades que participaram da assinatura de escritura pública, a Monte Binga era a única que estava devidamente estruturada, por isso foi decidido que ela seria responsável pelos actos administrativos e de gestão da ProIndicus até à constituição dos seus órgãos sociais. “Semanas depois do acto de subscrição, recebi uma chamada de Teófilo Nhangumele a solicitar um encontro na Monte Binga para assinar a proposta do acordo sobre os termos e condições de financiamento do projecto. No encontro, Teófilo Nhangumele veio acompanhado por alguém de proveniência do Médio Oriente. Fez a apre-

sentação do projecto de forma detalhada e o mesmo pressupunha a aquisição de diverso material para a realização de operações em terra, mar e ar. Eu entendi que Teófilo Nhangumele estava a representar o SISE”.

Questionado pela Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), assistente no processo, que diligências terá feito para apurar que Teófilo Nhangumele estava a representar o SISE, o declarante respondeu que ele tinha estado no encontro realizado no Ministério da Defesa Nacional na qualidade de integrante da equipa dos serviços secretos.

Victor Bernardo lembra que questionou ao Teófilo Nhangumele se teria consultado entidades especializadas, nomeadamente a Marinha de Guerra e a Força Aérea de Moçambique, sobre as opções de equipamentos adequados para as operações propostas. “A resposta que tive foi que sim, todas as entidades tinham sido consultadas”. Ainda sobre a proposta do acordo sobre termos e condições de financiamento entre a ProIndicus e o Credit Suisse no valor de 372 milhões de dólares, o declarante disse que ficou atento em relação à taxa de juro e aos períodos de maturidade e de graça, pois estava convencido que o empréstimo seria concessional.

“Naquela altura eu não era detentor de informação actualizada sobre os rácios de taxas de juro os períodos de maturidade e de graça de créditos comerciais. Não assinei o acordo e recomendei que procurassem se informar junto do Ministério das Finanças. Teófilo Nhangumele entendeu a minha preocupação e disse que se iria ocupar das questões que haviam suscitado as minhas reservas”. Dias depois, Teófilo Nhangumele voltou a contactar o PCA da Monte Binga, solicitando um novo encontro. “Teófilo trazia um documento sobre termos indicativos e condições de financiamento já com duas assinaturas, uma da Direc-

tora Nacional do Tesouro (Maria Isaltina Lucas) e outra do representante da empresa fornecedora dos equipamentos (Privinvest). Faltava a minha assinatura como representante da Monte Binga. Assinei o documento porque as minhas dúvidas já tinham sido esclarecidas, mas chamei atenção para o facto de que no lugar onde eu devia assinar, vinha ProIndicus e não representante da Monte Binga”.

Depois da assinatura do acordo sobre termos e condições de financiamento do projecto, Victor Bernardo disse que recebeu uma chamada de Filipe Nyusi informando-o que destacou um quadro do Ministério da Defesa Nacional, nomeadamente Eugénio Zitha Matlaba, para se ocupar inteiramente dos assuntos da ProIndicus, libertando assim o conselho de administração da Monte Binga. O declarante fez notar que não participou da primeira sessão extraordinária da assembleia-geral da ProIndicus, mas foi informado por Eugénio Zitha Matlaba que tinham sido eleitos os órgãos sociais da empresa. “Nenhum membro do conselho de administração da Monte Binga fazia parte dos órgãos sociais da ProIndicus. Foi assim que terminei a minha relação com a ProIndicus e não me lembro de ter assinado outro documento relacionado com a empresa”.

Victor Bernardo contou que enquanto esteve a tratar dos assuntos da ProIndicus, não tomou conhecimento da existência do projecto designado Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP) que integrava as empresas ProIndicus, EMATUM e MAM. Por isso, disse que tudo o que sabe sobre a EMATUM e a MAM acompanhou através da imprensa e do julgamento em curso. Insistiu que o reu Teófilo Nhangumele foi a pessoa com quem interagiu em representação do SISE, e disse que nunca tratou assuntos da ProIndicus com o reu António Carlos do Rosário.

## Eugénio Matlaba confirma que foi indicado por Filipe Nyusi para ser o primeiro PCA da ProIndicus

O segundo declarante do dia foi Eugénio Matlaba, outro quadro do Ministério da Defesa Nacional. De 1994 a 2003 foi Director Financeiro das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM); de 2004 a 2008 foi Director Nacional de Logística e Finanças do Ministério da Defesa Nacional; de 2008 a 2010 foi Assessor Económico do então Ministro da Defesa Nacional (Filipe Nyusi); de 2010 a 2012, Administrador executivo da TVM; e de Fevereiro de 2013 a Fevereiro de 2014 foi PCA da ProIndicus.

Durante o tempo em que trabalhou como PCA ProIndicus, Eugénio Zitha Matlaba disse que nunca ninguém lhe falou da EMATUM

e MAM. “Mesmo em contacto com os meus superiores hierárquicos e colegas, nunca fui abordado sobre EMATUM e MAM. Só mais tarde ouvi falar da EMATUM na imprensa”. Perguntado pelo juiz Efigénio Baptista se tomou conhecimento do Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP), um projecto que englobava três empresas (ProIndicus, EMATUM e MAM), o declarante disse que só ouviu falar no julgamento.

“O SIMP que eu tenho conhecimento foi concebido no âmbito do estatuto da ProIndicus. Sugerimos ao Ministério da Defesa Nacional para que fossem contactados outras instituições públicas para contribuírem na

elaboração do SIMP, que viria a ser aprovado em Dezembro de 2013. O SIMP tinha aeronaves, barcos de patrulha, radares e satélites para a recolha de informações em tempo real que eram canalizadas para um centro de comando e controlo em terra. O projecto da ProIndicus era integrado e os meios que a empresa tinha eram suficientes para realizar o seu objecto”.

Sobre a sua indicação para o cargo de PCA da ProIndicus, o declarante confirmou que recebeu instruções do então Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi, para apresentar-se ao SISE a fim de receber uma missão. “No SISE fui recebido por António Carlos do

Rosário. Ele disse que tinha instruções superiores para informar-me que tinha sido indicado para dirigir o projecto de monitoria e protecção". No dia 21 de Fevereiro de 2013, realizou-se a primeira sessão extraordinária da ProIndicus, onde foram eleitos os órgãos sociais da empresa.

Na mesma sessão, foram validados alguns actos anteriormente praticados em nome da ProIndicus, nomeadamente os Termos e condições do acordo de financiamento do projecto assinados a 15 de Janeiro de 2013 e o Contrato de fornecimento dos equipamentos e elementos do sistema que tinha sido assinado entre a ProIndicus e o grupo Privinvest no 18 de Janeiro de 2013. "Eu não me sentia confortável em trabalhar com nesses documentos sem que tenham sido validados pela assembleia-geral. Foram actos praticados em nome da ProIndicus antes da constituição dos seus órgãos sociais". Confirmou que a ProIndicus foi representada por Victor Bernardo (PCA da Monte Binga, accionista da ProIndicus) na assinatura dos termos e condições do acordo de financiamento, enquanto Raúfo Ira (oficial do SISE e representante do accionista GIPS) assinou o contrato de fornecimento de equipamentos em representação da ProIndicus. "Raúfo Ira aparecia nas reuniões da ProIndicus como representante de um dos accionistas, a GIPS".

Eugénio Matlaba assumiu ter assinado o contrato de financiamento do projecto, no valor de 372 milhões de dólares, no dia 28 de Fevereiro de 2013, juntamente com António Carlos do Rosário, ambos em representação da ProIndicus. "Quando entrei no projecto da ProIndicus o contrato já tinha sido negociado. Eu não tive a oportunidade de dar o meu contributo. Não sei quem negociou os contratos de fornecimento de equipamentos e de financiamento". Para a assinatura do contrato de financiamento, disse que usou como base o acordo sobre termos e condições de financiamento e o contrato de fornecimento de equipamentos e serviços.

Questionado sobre a razão da diferença entre os valores do contrato de financiamento (372 milhões de dólares) e do contrato de fornecimento (366 milhões de dólares), o declarante respondeu nos seguintes termos: "A explicação que tive através da leitura dos documentos é que o banco Credit Suisse envolveu um intermediário interno que cobrou seis milhões de dólares pela intermediação do financiamento".

Sobre a alteração do valor inicial de 372 mi-



Eugénio Matlaba

lhões de dólares para 622 milhões de dólares, o declarante explicou que quando o Comando Conjunto foi informado sobre a efectivação do empréstimo e a transferência do valor para o fornecedor, decidiu que devia se fazer um ajustamento em termos de meios para garantir a cobertura de fronteiras terrestres, lacustres e fluviais. "A nível dos radares não se alterou nada. Mas houve aumento de 24 barcos intersectorais DV-15; houve três barcos WP que não constavam do contrato inicial; substituição de dois barcos OPV por três barcos HS-32; e as aeronaves passaram de dois para seis. Foi assim que o contrato inicial de financiamento teve uma adenda para acomodar o aumento de 250 milhões de dólares. Todas as alterações foram decididas pelo Comando Conjunto".

À pergunta se a ProIndicus tinha uma componente comercial, o declarante respondeu positivamente. "A ProIndicus não foi constituída para substituir os ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, ela é uma empresa de segurança. A sua concentração era proteger as infra-estruturas no mar para garantir receitas, com foco para as instalações das petrolíferas que operam na bacia do Rovuma, barcos em trânsito que usam o canal de Moçambique, barcos de pesca, navios de turismo, navios que entram nos portos moçambicanos e armazenagem de armamento em trânsito pelas águas moçambicanas.

Perguntado se a ProIndicus chegou a celebrar contrato com uma empresa para gerar receitas, Eugénio Matlaba respondeu que até à sua saída em Fevereiro de 2014 não havia

nenhum contrato assinado. "Tínhamos contactos verbais com as empresas. Lembro-me que fui recebido pela direcção da petrolífera Eni, mas disseram que era necessário que o sistema da ProIndicus estivesse completo em termos de meios para garantir a segurança da plataforma. Mas até Fevereiro de 2014 ainda não tínhamos recebido todos os meios. Só tínhamos recebido seis barcos DV-15 em Pemba. Os meios eram feitos por encomenda, atendendo às especificações do contrato. A data limite para a recepção do último barco era Fevereiro de 2015".


Questionado se, na sua opinião, os contratos de financiamento e fornecimento da ProIndicus tinham sido bem conduzidos para tornar a empresa sustentável, respondeu nos seguintes termos: "Respeitando as decisões tomadas, é meu entendimento de que o contrato chave na mão pode ter elevado o risco para o cliente. Mas a explicação que tive com colegas é que este a melhor solução". Até à sua saída da ProIndicus em Fevereiro de 2014, a empresa ainda não tinha gerado receitas.

Durante o período em que serviu como PCA da ProIndicus, o declarante disse que a principal dificuldade que enfrentou com o grupo Privinvest foi o incumprimento do cronograma de entrega dos meios. "Por exemplo, os barcos DV-15 deveriam ter sido entregues em Julho de 2013, mas só recebemos em Dezembro do mesmo ano. Em Junho de 2013 visitamos os estaleiros navais do grupo Privinvest na França, Alemanha e Abu Dhabi para manifestar preocupação com a demora na entrega dos meios".

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autora:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

## PARCEIRO PROGRAMÁTICO

## PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

